



Ata da Reunião do Grupo Executivo do Comitê Interministerial para Governo Aberto

Local: Auditório do edifício sede da CGU

Data: 12 de abril de 2013

Horário: 16h às 17h

- **Membros do Grupo Executivo do CIGA:**

- Carlos Higino Alencar, Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União, que presidiu a reunião;
- Diogo Sant'Ana, Secretário Executivo Secretaria Geral da Presidência da República;
- Aldino Graef, Assessor Especial da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais (SAG) da Casa Civil da Presidência da República;
- Felipe Taufik Daud, Chefe de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil;
- Mayra Cotta Cardozo de Souza, Assessora especial da Secretara Executiva da Casa Civil;
- Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Diretora de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Victor Pimenta, Gestor do Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão, cedido ao Ministério da Justiça;
- Ministro Carlos Perez, Coordenação-Geral de Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores;

- Fabiana Vieira Lima, Assessora Especial de Controle Interno do Ministério da Fazenda.

- Demais presentes:
 - Sergio Seabra, Secretário de Prevenção da Corrupção da CGU
 - Cláudia Taya, Diretora de Prevenção da Corrupção da CGU;
 - Otávio Castro Neves, Coordenador-Geral de Inovação em Governo Aberto da CGU;
 - Roberta Solis Ribeiro, Assessora para Assuntos Internacionais da CGU;
 - Ricardo Poppi, Coordenador de Novas Mídias e outras Linguagens de Participação da Secretaria Geral da Presidência da República;
 - Iradj Eghrari, gerente-executivo da ONG Ágere Cooperação em Advocacy; membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;
 - Neide de Souza, representante do INESC
 - Elisa R. A. Petro, administradora do Ministério da Justiça;
 - Felipe R Freire, Analista de Finanças e Controle/CGU;
 - Tamara Figueirôa Bakuzis, Analista de Finanças e Controle/CGU;
 - Camila Augusto, Analista de Finanças e Controle/CGU;
 - Sérgio Roberto Reis, Analista de Finanças e Controle/CGU;
 - Júlia Oliveira, Analista de Finanças e Controle/CGU;

I. ABERTURA

Secretário-Executivo da CGU, Carlos Higino: saudou a presença de todos e agradeceu à participação da sociedade civil.

II. DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

O **Secretário Executivo da CGU, Carlos Higino**, destacou que foi realizada uma análise pormenorizada das propostas apresentadas de ofício pelos órgãos e daquelas oriundas de

sugestões da sociedade civil. Higino explicou que o grupo executivo do CIGA precisou fazer uma racionalização, ou seja, diminuir o número de propostas, tendo em vista o grande número de compromissos elaborados. O secretário-executivo também explicou que algumas propostas ainda serão mais bem detalhadas, ou terão seus textos ajustados, para que possam se tornar mais exequíveis. Para explicar o que ficou acordado, o Secretário Executivo convidou Otávio Castro Neves, coordenador-geral de Inovação em Governo Aberto da CGU, para ser o relator das decisões do grupo executivo.

Otávio Castro Neves, Coordenador-Geral de Inovação em Governo Aberto da CGU – informou que os membros do grupo executivo do CIGA apresentaram suas considerações a respeito das proposições. Em análise a essas manifestações, o grupo concluiu que algumas propostas carecem de revisão textual, a fim de que os escopos dos compromissos se ajustem às capacidades de realização diante de prazos, competências e orçamentos envolvidos.

O relator informou que ficou decidido que a proposta relativa à transparência de informações sobre a Lei Maria da Penha terá o texto revisado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. Otávio disse, ainda, que o grupo executivo recomendou a fusão de algumas proposições, devido à afinidade dos temas.

O relator destacou, também, que algumas propostas carecem de esclarecimentos para posterior decisão do grupo executivo, esse é o caso da proposta relativa aos indicadores de gestão para a cidadania municipal. Foi explicado, ainda, que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresentou sua análise sobre essa proposta fora do prazo estabelecido e, por isso, carece de revisão. O grupo executivo reavaliará a proposta do IPEA durante o período de revisão. Foram enviadas duas propostas pelo Ministério da Justiça, após o prazo para compilação do documento. Essas propostas também serão analisadas pelo grupo durante o período de revisão.

A entrega da proposta referente ao Sistema Eletrônico para Consultas Públicas, do Ministério da Saúde, será reencaminhada para esclarecimentos, após os quais o Grupo Executivo deliberará. Também serão encaminhadas para esclarecimento as propostas de Fomento à adesão de

municípios à campanha Construindo Cidades Resilientes e implementação e divulgação dos Critérios de Elegibilidade para celebração de Convênios, ambas do Ministério da Integração.

A proposta relativa ao direito de consulta previsto na Convenção 169 da OIT será discutida após redação conjunta pela Secretaria Geral da Presidência e pelo Ministério das Relações Exteriores. A proposta relativa aos Atuais Programas de Proteção também será discutida após revisão do texto. A proposta relativa à Ampliação da Transparência do Controle Interno também será revisada após discussão do Governo.

Otávio Castro Neves destacou que a revisão das referidas propostas deverá ocorrer até dois meses após a aprovação do plano.

O relator informou, ainda, que ficou decidido que algumas propostas não seriam recomendadas ao CIGA, por se tratarem de procedimentos internos dos órgãos, por serem projetos fora dos objetivos e princípios da OGP, por serem ações sem orçamento que garantam sua concretização, ou por serem projetos cujo escopo extrapola a competência do Poder Executivo Federal.

Entre as propostas excluídas são: a plataforma digital Observatório Participativo da Juventude, da SGPR; a criação do Portal de Correição do Executivo Federal, da CGU; a criação de um Portal de Contas dos Tribunais, da CGU; “Capacitar para Prevenir”, da CGU; “Programa Olho Vivo no Dinheiro Público”, da CGU; Caminhão Museu Sentimentos da Terra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Programa Brasil Voluntário, do Ministério dos Esportes; Cartão Nacional do SUS, do Ministério da Saúde; Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), do Ministério da Saúde; Proteção do Nome e Imagem das autarquias e fundações públicas federais, da AGU.

Otávio Castro Neves enfatizou que a exclusão dessas propostas do Plano de Ação para o Governo Aberto não implica que tais iniciativas não serão implementadas, mas apenas que o Brasil não se comprometerá internacionalmente com elas, dadas as expectativas da Parceria para Governo Aberto.

Otávio lembrou que as propostas da sociedade que não foram acatadas pelos órgãos de governo, serão apresentadas com os motivos da não-adesão na etapa “devolutiva”, com previsão para o dia 6 de maio, conforme acordado.

Carlos Higino passou a palavra para os membros da mesa para que eles se manifestassem em relação ao relato apresentado.

Diogo Sant’Ana, Secretário-Executivo da Secretaria Geral da Presidência da República, reforçou o empenho dos gestores durante a semana, para o aprimoramento do texto das propostas. Diogo lembrou que o Plano de Ação foi elaborado com a ideia constante de preservação das propostas sugeridas pela sociedade civil. Para o secretário, é importante manter o espírito de participação da sociedade civil. Ele lembrou que, embora existam iniciativas propostas pelos próprios órgãos, os gestores priorizaram projetos que englobassem ideias vindas dos cidadãos nos diálogos virtual e presencial. Posteriormente, Diogo falou sobre a importância de manter no Plano a proposta referente à Convenção 169 da OIT. O Secretário acredita que o Brasil está empenhado em cumprir os termos da Convenção 169. Para ele, este é o momento de expor e registrar a intenção brasileira em um compromisso internacional. O secretário executivo afirmou que a Secretaria-Geral da República está alinhada com Ministério das Relações Exteriores nesse sentido.

Ministro Carlos Perez, Coordenação-Geral de Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores, associou-se às palavras do Secretário Executivo da Secretaria Geral da Presidência da República no tocante à questão do direito de consulta previsto na Convenção 169 da OIT e manifestou apoio à preparação de proposta única sobre a matéria que receberá oportunamente a devida consideração pelos membros Conselho Executivo do CIGA.

O Secretário-Executivo da CGU explicou que considerar-se-iam aprovadas aquelas propostas contidas no relatório de análise e sobre as quais não restaram dúvidas por parte do grupo executivo do CIGA. Em relação àquelas consideradas controversas, em momento oportuno será feito um detalhamento. Higino lembrou que as propostas da sociedade civil rejeitadas pelos órgãos serão apresentadas, juntamente com os motivos das rejeições, na data provável de 6 de

maio, por meio de um documento chamado devolutiva. Posteriormente, Higino falou sobre a proposta de governança. O secretário afirmou que o grupo executivo do CIGA entende que a interlocução entre Governo e sociedade é desejada e necessária para a evolução das políticas de governo aberto. Ainda sobre o tema, ele disse que será recomendada pelo CIGA a criação de um Grupo de Trabalho permanente com integrantes tanto do governo como da sociedade civil. Ele lembrou que a possibilidade de criação desse grupo está prevista no decreto de 15 de setembro de 2011, que institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto. O formato e a composição desse GT, no entanto, ainda serão discutidos junto à sociedade civil. Mas já se sabe que o grupo deve trabalhar junto ao CIGA, de modo permanente e sua composição deve ser paritária.

Diogo Sant'Ana solicitou que se possível a revisão da proposta relativa ao direito de consulta previsto na Convenção 169 da OIT fosse discutida até o dia 22 de abril, quando acontecerá a reunião da OGP em Londres.

Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Diretora de Programa da Secretaria-Executiva do MPOG, explicou que, no Plano de Ação, será publicada uma versão resumida do detalhamento dos compromissos e que os formulários das propostas serão publicados em um documento diferente.

Higino finalizou agradecendo à participação de todos e, em especial, da sociedade civil. Ele lembrou que a transparência é uma das grandes bandeiras levantadas pelo Governo Federal atualmente. Segundo ele, todos estão trabalhando para criar instrumentos que tornem as informações mais acessíveis à população e prover os meios necessários para que essa população possa utilizar-se desses instrumentos de modo a melhorar a gestão pública.

III. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o **Secretário Executivo Carlos Higino** encerrou a sessão, lembrando que todos os documentos referentes ao Plano de Ação para o Governo Aberto estariam disponíveis para quaisquer interessados.



**REUNIÃO DO GRUPO EXECUTIVO DO
COMITÊ INTERMINISTERIAL PARA GOVERNO ABERTO**

12/04/2013

- Lista de Presença membros do Grupo Executivo do CIGA -

NOME	Órgão	Assinatura
Carlos Higino Alencar	CGU	
Diogo Sant'Ana	Secretaria Geral da Presidência da República	
Aldino Graef	Casa Civil	
Felipe Taufik Daud	Casa Civil	
Mayra Cotta Cardozo de Souza	Casa Civil	
Ministro Carlos Perez	Ministério das Relações Exteriores	
Fabiana Vieira Lima	Ministério da Fazenda	
Miriam Barbuda Fernandes Chaves	MPOG	
Victor Pimenta	Ministério da Justiça	

